Município de Ocauçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516 CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

" Ocauçu Cidade Amiga "

= PORTARIA N.º 042/2020, DE 19 DE MAIO DE 2.020 =

(DISPÕE SOBRE A JORNADA REDUZIDA DE TRABALHO EM CARÁTER EXCEPCIONAL DOS SERVIDORES LOTADAS NA DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMO MEDIDA DE CONTENÇÃO E PREVENÇÃO AO CORONAVIRUS-COVID 19 PARA FINS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL).

ALESANDRA COLOMBO, Prefeita do Município de Ocauçu, Comarca de Marília, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

Considerando: Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, bem como, a Portaria n.º 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde;

Considerando: Os Decretos Municipais n.º 2.971, 2.972, 2.984, 2.996, 2.997 e o Decreto 3000, de 08 de maio de 2020. Que Dispõe sobre a prorrogação do Estado de Calamidade Pública e a quarentena no Município de Ocauçu, bem como, sobre as medidas temporárias de prevenção ao contagio e enfrentamento e contingenciamento da pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente CORONAVIRUS-COVID 19;

Considerando: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96, Lei Complementar Municipal n.º 002/2011, Lei complementar Municipal n.º 003/2015 e a Lei Complementar n.º 001/2003;

Considerando: Que as medidas adotadas devem proporcionar a realidade apresentada de distanciamento social e observados os critérios epidemiológicos, ou seja, prevenção e transmissão da doença;

Considerando: A necessidade de redução da carga horaria para evitar aglomeração e exposição ao contagio pelo CORONAVIRUS-COVID 19 nas repartições da rede educacional.

RESOLVE:

Artigo 1.º - Durante o estado de calamidade pública, autorizar a redução da jornada dos funcionários e a constituição de regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas, em favor do empregado ou do empregador, sendo indispensável o acordo de vontade entre as partes.

Artigo 2.º- A Compensação de tempo, para recuperação do período interrompido, poderá ser feita mediante prorrogação de jornada em até duas horas, que não poderá exceder dez horas diárias e dentro do período de 18 (dezoito) meses.

Parágrafo Primeiro - A Compensação do saldo de horas poderá ser determinada pelo empregador independentemente de convenção coletiva ou acordo individual.

Município de Ocauçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516 CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

" Ocauçu Cidade Amiga "

Artigo 3.º- Implantar na Rede Municipal de Educação, em caráter excepcional, durante o período em que o Município permanecer em situação de calamidade pública e quarentena, a jornada reduzida dos servidores das unidades escolares onde as atividades presenciais com alunos estiverem paralisadas.

Artigo 4.º- Os servidores a que se refere o artigo 1.º desta portaria deverão cumprir sua jornada de trabalho diária da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - Aos vinculados no Anexo 06 (seis) da Lei Complementar Municipal n.º 001/2003, que cumpram jornada de 08 (oito) horas diárias, passarão, durante o sobredito período, a cumprir 06 (seis) horas com intervalo de 15 minutos, e aqueles que possuam jornada de 06 (seis) horas diárias passarão a trabalhar por 04 (quatro) horas.

Parágrafo Segundo - Aos vinculados ao Anexo III da Lei Complementar Municipal n.º 002/2011 e Lei Complementar n.º 003/2015, que exerçam jornadas de 08 (oito) horas aulas diárias, cumprirão 05 (cinco) horas aulas e aqueles que possuam jornada de 06 (seis) horas aulas cumprirão 04 (quatro) horas aulas.

Parágrafo Terceiro - O horário de trabalho deverá ser homologado pelo superior imediato responsável pela Diretoria Municipal de Educação.

Parágrafo Quarto - Para assegurar as providências e as condições imprescindíveis ao efetivo e ininterrupto trabalho neste período de excepcionalidade, ficam autorizadas as escalas de trabalho, em caráter de revezamento, bem como remanejamento de pessoal para outros setores, para atender as necessidades e urgências de outros setores.

- **Artigo 5.º-** Para fins de aferição do banco de horas negativas, o sistema conterá as seguintes funcionalidades:
- I Compensação automática a partir do retorno regular das atividades laborais contabilizando saldo negativo de horas apuradas com saldo positivo existente no banco de horas realizadas; e
- II Consulta do quantitativo de horas acumuladas negativas e positivas.
- **Artigo 6.º-** As horas excedentes da jornada diária devem ser prestadas no interesse do serviço e computadas no banco de horas negativo, será realizada de forma individualizada, mediante previa e expressa autorização da chefia imediata, observados os seguintes critérios:
- I As horas de trabalhos excedentes a jornada diária não será remunerada como horas extras, mas para computar as horas negativas.
- **Artigo 7.º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

E-mail: prmno@uol.com.br ocaucu@uol.com.br Site: www.ocaucu.sp.gov.br



Município de Ocauçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516 CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

" Ocauçu Cidade Amiga "

MUNICÍPIO DE OCAUÇU, 19 DE MAIO DE 2020.

Almandra Colombo	Alesandra Colombo
AIFAIRII A V.OIOIIIIII	//Iwaiiaia voiviiibo

(Registrado e Publicado na Secretaria Municipal de Administração, do Município de Ocauçu, em data supra).

Ademilson Ferreira de Araújo

- Secretário Municipal de Administração -

Site: www.ocaucu.sp.gov.br